



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 15, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 15 - ARTE, EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. MÚSICA.

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.15.12>

Recebido em: **31/07/2020**

Aprovado em: **03/08/2020**

DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CORPO EM MOVIMENTO, CORPO CRIADO E RECRIADO
DANCE IN CHILDHOOD EDUCATION: BODY IN MOTION, BODY CREATED AND RECREATED
DANZA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: CUERPO EN MOVIMIENTO, CUERPO CREADO Y RECREADO

ISABELE FOGAÇA DE ALMEIDA

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-8866-5060](https://orcid.org/0000-0002-8866-5060)

O presente artigo tem como objeto de estudo reflexões sobre corporeidade e a importância das práticas de dança, dentro do contexto das escolas de Educação Infantil, que são o contexto principal da vivência e reconhecimento de mundo de muitas crianças. Pensando em uma formação integral das crianças, que congregue o corpo, a mente e a cultura; e que considere suas diferenças e valorize os seus potenciais, trabalhar com a linguagem artística da dança nessa etapa se faz essencial. Essa linguagem faz a integração de todos os elementos que nos constituem – social, emocional, cultural, intelectual, cinestésico; de forma que quem a pratica, aprende sobre si e sobre os outros, e constitui-se enquanto um ser social que é recriado constantemente.

INTRODUÇÃO

Durante toda sua vida o homem/a mulher é um ser essencialmente corporal, pois é através do corpo que manifestamos nossos desejos, valores, culturas, etc. A corporeidade está diretamente ligada aos processos de desenvolvimento do corpo, seja com aspectos fisiológicos, seja com a construção histórica, cultural e social da mente que reflete no corpo.

Com o passar do tempo, novas teorias e percepções sobre o corpo/corpo e mente foram constituídas. Uma teoria desenvolvida é a Teoria-Histórico-Cultural, construída com base nos estudos de pesquisadores tais como Vygotsky, Wallon, Leontiev, Luria, entre outros, a qual trata os processos psíquicos e biológicos de forma integrada, o que nos permite compreender que os aspectos naturais estão entrelaçados com os aspectos culturais.

Portanto, para essa abordagem, a formação do sujeito não é retida somente a si em aspectos genéticos, mas principalmente dentro das relações sociais que cercam esse indivíduo. Na medida em que essas relações estão estabelecidas, são passíveis de mudanças pelo agente político, fazendo então que sujeito e sociedade não possam ser analisados separadamente.

Há padrões estéticos e comportamentais criados pela sociedade que incidem sobre os nossos corpos, que já existem antes mesmo de nós nascermos, e que nos influenciam conscientemente ou inconscientemente. E desde o processo de maturação, a criança se percebe e comunica-se com o mundo a sua volta, fazendo com que as informações recebidas sejam reproduzidas através do seu corpo, em todos os aspectos do movimento. Nessa linha de raciocínio “O corpo não se revela apenas enquanto componente de elementos orgânicos, mas também enquanto fato social, psicológico, cultural, religioso. Em qualquer realidade do mundo, o corpo é socialmente produzido” (BARBOSA, MATOS E COSTA, 2011, p. 28).

Nanni (1998, p.8) aponta que é "imprescindível para que o ser humano se torne sujeito de sua práxis no desvelar a sua realidade histórica, através de sua corporeidade". Nesse sentido, podemos considerar a dança como um instrumento que o ser humano utiliza para se desenvolver pessoalmente e socialmente, pois por meio dela, ele pode estabelecer um canal de comunicação com o mundo ao seu redor.

Tanto é, que a dança existe desde as civilizações mais remotas; está imbricada na sociedade. Nanni (2003, p.7) evidencia essa informação quando cita que: "As danças, em todas as épocas da história e/ou espaço geográfico, para todos os povos é representação de suas manifestações, de seus 'estados de espírito', permeios de emoções, de expressão e comunicação do ser e de suas características culturais".

Percebendo a importância do corpo em movimento carregado de significados, e considerando que a dança é uma linguagem que se expressa através do corpo, é necessário que a prática da dança composta por objetivos educacionais, seja iniciada na escola, principalmente nos primeiros anos. Quando pensamos no contato que as crianças têm no Ensino Infantil, com a arte e com a dança, quando têm, percebemos que precisamos refletir e planejar intencionalmente esse contato com o corpo, e é indispensável que o profissional da educação esteja preparado para explorar os conteúdos que englobam esse tema e inseri-los em sua prática pedagógica.

Essa inserção crítica dos estudos de corporeidade, favorece a concepção da consciência corporal, noções de espaço, individualidade e coletividade, socialização, percepção do seu próprio ritmo e do outro, entre muitos outros fenômenos que podem ser descobertos.

Com as novas políticas de acesso a Educação básica, e à Educação Infantil, a escola se torna o ambiente principal da vivência e reconhecimento de mundo da criança. Assim, nesse trabalho

propõem-se levantar e relacionar reflexões sobre a importância dos estudos e práticas de dança, especialmente na infância; baseando-se na visão de que essa linguagem faz a integração de todos os elementos que nos constituem – social, emocional, cultural, intelectual, cinestésico; de forma que quem a pratica, aprende sobre si e sobre os outros, e constitui-se enquanto um ser social que é criado e recriado constantemente.

A ESCOLA

À escola foi delegada a função de formação das novas gerações em termos de acesso à cultura socialmente valorizada, de formação do cidadão e de constituição do sujeito social.

(José Geraldo Silveira Bueno)

A escola é uma instituição social que tem como função formar integralmente sujeitos a partir da construção e da socialização dos conhecimentos produzidos pela humanidade em determinado espaço de convivência entre pessoas.

Por formação integral entende-se o desenvolvimento em diversas áreas- cultural, afetivo, físico, social, político, filosófico, profissional, entre outros. Nesse sentido, o sujeito é compreendido em sua totalidade; e é nessa totalidade, que este constrói o conhecimento e desenvolve potencialidades a partir da socialização na escola. Conforme afirma Libâneo (2005, p.117):

[...] educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

Assim, a escola possui formas de organização, procedimentos e normas que transcendem a formalização da sua estrutura; elas são articuladas com os sujeitos sociais que a compõem. De forma contextualizada, a relação ensino-aprendizagem deve acontecer de maneira horizontal e que todos os sujeitos participantes socializem e construam junto, conhecimento.

Para Paulo Freire uma das tarefas mais importantes é “propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se”, num sentido também integral, “como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (1997, p.46).

Entretanto, há também que se analisar o outro lado da moeda, de como essa instituição tem atuado na sociedade. Para Foucault (1987) a escola se tornou uma instituição de sequestro, onde não se aprende apenas a controlar o tempo dos indivíduos, mas a extrair o máximo de tempo e força de seus corpos.

Desse modo, historicamente a instituição escolar detém a responsabilidade de higienizar o corpo, corrigi-lo e qualificá-lo dentro das lógicas vigentes do sistema (TIRIBA, 2008, p.4). É válido destacar que dentro de discursos generalizantes, todos somos iguais; contudo, é perceptível a olho nu que nossas marcas e subjetividades são completamente distintas, e a problemática logo se dá na falta de discussão das nossas diferenças. Na sala de aula, há crianças, negras, brancas, indígenas, portadores de necessidades especiais, LGBT, gordas, magras, etc. Não se pode distribuir uma mesma prática pedagógica-educativa a todas.

Por melhor que seja o planejamento e escolha de conteúdos, cada destinatário recebe de maneira diferente as informações; e entre essas recepções pode estar a de um sujeito que está sendo vítima de

alguma marginalização perante sua identidade, o que o faz ter dificuldade na compreensão e construção de conhecimentos.

Logo, uma formação que pense o corpo, a mente e a cultura, não tão somente rompe os padrões mortíferos e segregadores, mas auxilia na qualidade do ensino-aprendizagem, promovendo práticas de acolhida das diferenças e valorização dos sujeitos em sua potencialidade. Pode-se dizer, segundo Maturana e Valera que o aprendizado envolve a relação mútua de corpo e mente, aprendizagem não é mera reprodução, mas atividade que cria e necessita do envolvimento do organismo com o meio (GUIMARÃES, 2008. p. 27)

A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma etapa da educação que deve ser sempre tratada com relevância, pois é um momento determinante para toda formação que ocorrerá ao longo da vida; momento em que a criança se desenvolve como ser humano em seus aspectos mais diversos, tais como intelectual, emocional e motor; aspectos esses, que serão decisivos na forma como esse ser contribuirá com a sociedade. Integrando a Educação Básica desde 1996, a Lei de Bases e Diretrizes da Educação/LDB nº 9394/1996 estabelece que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos, físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Essa etapa é de responsabilidade dos municípios, e é oferecida em creches para as crianças até três anos de idade, e em pré-escolas para as crianças de quatro e cinco anos[i]. É uma etapa não obrigatória, mas só por integrar a Educação Básica, ser percebida como um processo educativo, e fazer parte das políticas de educação, já representa um grande avanço, pois historicamente a Educação Infantil foi caracterizada pelo caráter assistencialista, restrito a cuidados básicos com a criança.

Nessa faixa etária, há uma forma extraordinária de pensar e sentir o mundo; as crianças fazem uso de diversas linguagens para expressarem os seus sentimentos, comunicarem seus pensamentos; e através dessa comunicação, criam e recriam a todo o momento uma construção simbólica carregada de significados que fará parte de sua realidade.

Dessa perspectiva, não há uma essência humana, mas uma construção do homem em sua permanente atividade de adaptação a um ambiente. Ao mesmo tempo em que a criança modifica seu meio, é modificada por ele. Em outras palavras, ao constituir seu meio, atribuindo-lhe a cada momento determinado significado, a criança é por ele constituída; adota formas culturais de ação que transformam sua maneira de expressar-se, pensar, agir e sentir. (OLIVEIRA, 2002, p. 126).

Nesse sentido, é essencial que as instituições de Educação Infantil propiciem um espaço físico e social que se leve em consideração esses aspectos. Como é comum haver um interesse espontâneo das crianças a tudo que é proposto, esse fator viabiliza ao educador um planejamento diversificado, abrangendo todas as áreas de conhecimento, que aproxime as crianças do repertório cultural ao qual estão inseridos, possibilitando a construção e reconstrução das identidades das mesmas.

Cada uma no seu tempo, do seu jeito, estão como esponjas absorvendo tudo o que a escola ensina, então esse deve ser um espaço de profissionais que não aprisionem e engessem as crianças; mas estimulem a curiosidade, ouçam, explorem o potencial de todas as formas de aprendizado, e respeite suas individualidades. Concordamos com Rubem Alves (2000, p. 166), quando ele afirma que:

Enquanto a sociedade feliz não chega, que haja pelo menos fragmentos de futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente. Que a escola, ela mesma, seja um fragmento do futuro...

A DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao pensarmos em um mundo melhor do que o que vivemos atualmente, é bastante comum depositarmos as nossas esperanças nas gerações mais jovens. Janusz Korczak, em seu livro *Quando eu voltar a ser criança* conta a história de um professor adulto que sente saudades de quando era criança; e ganha a oportunidade de rejuvenescer. Essa oportunidade proporciona ao antes Professor, e agora aluno, muitas experiências e reflexões sobre o universo dos adultos e das crianças; do primeiro amor à tristeza de não se poder fazer o quer, ele percebe que as crianças também sofrem. Nesse livro, ele relata a seguinte reflexão no momento em que é criança: “As crianças são os homens do futuro. Quer dizer que eles existirão um dia, mas por enquanto é como se ainda não existissem. Ora, nós existimos: estamos vivos, sentimos, sofremos” (1981, p. 152).

Essa reflexão é muito pertinente, pois realmente muitas vezes focamos mais no que as crianças farão no futuro, serão no futuro, e deixamos de perceber e entender o que elas são, e como elas estão no presente. E esse tipo de atitude é praticada por parte de adultos que podem ser de diversos círculos sociais da criança, como do núcleo familiar, da igreja, e também da escola, que muitas vezes é onde a criança passa boa parte do seu tempo.

Muitas vezes os educadores tem o pensamento equivocado de que o saber é relacionado à idade, e pensam que como mais velhos e detentores do saber, devem depositar conhecimento nas crianças e impor suas visões de mundo, ignorando que as crianças também têm conhecimento, e têm as suas próprias visões de mundo, que são igualmente importantes.

Nessa concepção de ensino não dialógica, hierarquizada, com o saber centralizado na figura do professor, por serem consideradas inferiores, as expressões dos alunos vão sendo podadas, corrigidas para que futuramente se adaptem ao mercado de trabalho; de forma que são privilegiados valores intelectuais em detrimento dos valores corporais, há a preferência de uma higienização de corpos ao invés de uma prática educativa que explore o corpo inteiro, o que inclui cabeça e pescoço para baixo. Fux aponta que:

Quando somos crianças necessitamos mover-nos porque movendo-nos expressamos nossa vontade de rir, de chorar ou de brincar. À medida que crescemos, nosso corpo, pelos tabus de uma civilização que corrompe nossa necessidade de expressão, perde cada vez mais o desejo de mobilização. (1983, p. 67)

Depois de anos sofrendo “podas” de todos os lados, os adultos ficam com vergonha de fazer o que vem na cabeça, de se expressarem através do corpo, de brincar, de chorar. É vale lembrar que a escola está cheios de adultos que um dia já foram crianças que antes mesmo de falar, aprenderam a se comunicar através do corpo; porém cresceram dentro dessa cultura de silenciamento de corpos, e hoje reproduzem e ensinam as crianças a ficarem quietas, e passivas aos regimes disciplinares impostos.

Seguindo essa perspectiva, não é de se espantar que a dança, que vai num sentido contrário a essa lógica, não faça parte do que é ensinado na escola. O corpo é a nossa primeira forma de comunicação e não é levado a sério. A dança é uma linguagem corporal e também por esse motivo, não é valorizada. A perspectiva da negação do corpo é cultural, aliás, o corpo é controlado, para que um dia se possa chegar ao controle da mente. Conforme Godoy (2010) na escola infelizmente há

carência de iniciativas relacionadas à linguagem da dança.

Ao integrar um projeto que tinha como objetivo entender como estava sendo desenvolvida a dança em escolas da rede municipal de ensino situadas em São José-SC, Elaine Lima apontou na sua dissertação de mestrado em Educação Física a partir dessa experiência, que as compreensões de dança ainda eram muito reduzidas:

[...] os conteúdos e metodologias estavam, quase sempre, direcionados ao simples repasse de informações, seguindo um modelo tradicional de organização das aulas, onde o conhecimento está centralizado no/a professor/a. Este cenário limitado de compreensão e significação das possibilidades que a dança pode trazer para a educação e para a formação das pessoas que dançam, nos mostra a necessidade de realizar mais estudos na área da dança educativa, nos diversos níveis de ensino, no sentido de contribuímos, cada vez mais para o saber e o fazer dos profissionais que trabalham com a dança numa perspectiva educativa (2009. p.17).

Considerados todos esses elementos, fica evidente que ter a dança incorporada nas escolas, de forma planejada, consciente e tendo seu potencial enquanto linguagem explorado, ainda é um desafio na sociedade em que vivemos, e há um caminho que se percorrer até que isso se efetive. E esse artigo também é um esforço no sentido de estimular a inserção da dança no caminho do contexto escolar das crianças:

[...] transformar a realidade parece uma tarefa utópica e distante das mãos do educador. Mas, considerando que a transformação faz parte da própria natureza humana, são os atos humanos, em sua peculiaridade, que têm a força da transformação. Pequenas ações, aparentemente frágeis, podem intervir na visão de mundo de cada um, realimentando, individual e coletivamente, a rede interativa capaz das grandes intervenções. Essa possibilidade amplia-se nas mãos docentes, no cotidiano do educador comprometido com a formação integral de seu aluno (MATTHES, 2010, p. 132).

Pensando em uma formação integral das crianças, que congregue o corpo, a mente e a cultura; e que considere suas diferenças e valorize os seus potenciais, trabalhar com a linguagem artística da dança na Educação Infantil, se faz essencial. A dança enquanto um processo educacional contribui para o aprimoramento das habilidades básicas do movimento, além de favorecer a criatividade. Ainda, enquanto experiência corporal possibilitará as crianças novas formas de expressão e comunicação, levando-os à descoberta da sua linguagem corporal e expressão dos sentimentos. É nesse sentido que Godoy et al, afirma que:

O ensino de dança na escola pode dar subsídios ao aluno para melhor compreender, desvelar, desconstruir, revelar e transformar as relações que se estabelecem entre corpo, arte e sociedade, de forma a contribuir para que os alunos tomem consciência de suas potencialidades, aumentando sua capacidade de resposta e sua habilidade de comunicação. Seu objetivo englobaria a sensibilização e a conscientização tanto nas posturas, nas atitudes, nos gestos e nas ações cotidianas, quanto em suas necessidades de se expressar, comunicar, criar, compartilhar, interagir na sociedade em que vivemos (2010, p.39).

Partindo desse pressuposto, percebe-se que o ensino da dança nas escolas tem um potencial gigantesco. Mas não é qualquer dança. Marques (2003, p.26) aponta que "[...] ao contrário de uma visão histórica ingênua de que a dança não passa de 'uns passinhos a mais ou a menos na vida das pessoas', hoje não podemos mais ignorar o papel social, cultural e político do corpo em nossa sociedade. E, portanto da dança".

Sabemos que nem sempre o movimento do corpo na escola é visto com bons olhos, como uma linguagem não verbal. Muitas vezes ele é reprimido por ser percebido como um comportamento de indisciplina e desatenção, que dificulta o controle dos professores. Nesse sentido, Richter (2006) defende:

[...] uma prática pedagógica que conceba a criança como um ser que pertence a um contexto sócio-econômico-cultural, possuidora de uma história de vida e, que apresenta várias dimensões (psicomotora, afetiva, cognitiva e social) a serem desenvolvidas e que, acima de tudo, são crianças. Por isso, na educação infantil, elas têm direito de se desenvolverem em um ambiente que valorize o mundo da fantasia, da brincadeira, do movimento, do lúdico, no qual muito se aprende (p. 34)

A dança é uma linguagem que se expressa através do corpo, e consideramos aqui, este não como algo profano, mas como uma realidade biopsicossocial, que é expressão e fundamento de um sujeito que é corpo criado e incessantemente recriado através de suas vivências sociais cotidianas. É sobre este corpo, afetivo e simbólico, que a dança, inscreve suas marcas, recriando-o, conforme aponta Dantas (1999, p. 28): “quem dança transforma o seu próprio corpo, se molda e se remodela, se reconfigura”.

No processo de aprendizagem da dança, o sujeito entra em contato com uma cultura artística, histórica e socialmente elaborada pela humanidade e reconhecida como sua herança às novas gerações. E também, no processo de apropriação dessa cultura, o sujeito participa de forma ativa na produção das significações que mediam as relações sociais aí encadeadas, sendo ao mesmo tempo reproduzidas e ressignificadas por eles.

A dança, portanto, através do corpo e sua articulação entre o cultural e o biológico, proporciona a criança a aquisição de outras formas de conhecimento, tendo em vista que se transforma através do movimento, e essa transformação acarreta em mudanças subjetivas naquele que dança. São essas mudanças que possibilitam a produção de sentidos, novas formas de expressão e conseqüentemente contribui para que a criança (re)invente de forma criativa suas formas de ser, viver e estar com os outros.

Essa prática está diretamente relacionada ao processo de constituição dos sujeitos, à medida que são numa perspectiva histórica e social, e se constituem enquanto tal, a partir da sua relação com os outros (VYGOTSKY, 2000). A qualidade dessas relações é premissa para se ter as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo, e nesse sentido, a dança, enquanto técnica do movimento do corpo, se insere nessa conjuntura como mediadora nesse processo: “[...] o corpo é o homem que se exterioriza, é o que me liga aos outros e ao mundo, é aquilo por meio de que eu me expesso e tomo consciência de mim mesmo” (GARAUDY, 1980, p. 181).

Apesar de ser uma linguagem usada desde os primeiros seres humanos, no decurso da história a dança se tornou uma prática característica das classes mais altas da sociedade. Vieira (2007, p. 117) afirma que:

A dança, como uma prática artística acadêmica, envolvendo uma técnica sistematizada, uma codificação de passos ou pesquisas sistematizadas de movimentos expressivos, construiu-se historicamente como uma atividade das classes com maior poder aquisitivo, ou seja, uma prática até então afastada da escola, no entanto é papel da escola transformá-la num processo educativo que favoreça possibilidades e oportunidades do aluno de apreciar, contextualizar e vivenciar dança no espaço escolar.

A dança está contemplada na legislação brasileira enquanto conteúdo escolar. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ela está inserida tanto na área de Artes quanto na de Educação

Física. Em ambas as áreas, “a dança pode vir a ocupar o seu devido lugar na escola: espaço de desenvolvimento da sensibilidade, do comportamento estético, que é ético e se efetiva corporalmente” (CONE; CONE, 2015, p.11).

Compreende-se que não é a intenção da escola usar a dança para profissionalizar bailarinos e bailarinas, mas sim, proporcionar as crianças o contato com a teoria e a vivência a cerca dos vários estilos de dança, para que assim, eles possam conhecê-la e agreguem essa linguagem a sua própria cultura, e explorem e reconstruam o sentido do seu próprio corpo.

Cunha (1992, p.13) destaca a importância do processo de escolarização da dança: "Acreditamos que somente a escola, através do emprego de um trabalho consciente de dança, terá condições de fazer emergir e formar um indivíduo com conhecimento de suas verdadeiras possibilidades corporais-expressivas." Dessa forma, a escola tem a possibilidade de formar uma criança que olha para o seu corpo; se percebe enquanto sujeito, se gosta, percebe e sabe respeitar os seus limites e dos outros, saber valorizar o corpo do outro; e ainda desmistifica que a dança só pode ser ensinada por exímios bailarinos (as); e que só pode ser vivenciada por determinadas classes sociais, em determinados lugares especializados em dança, ou ainda, por determinado gênero sexual.

Os objetivos educacionais da dança incluem sua vivência e conhecimento como uma forma de manifestação corporal e cultural da sociedade, nas quais se relacionam aspectos como musicalidade, expressividade, criatividade, imaginação, contextualização histórica, entre outros. Ou seja, a dança entendida como legado humano. (PEREIRA; HUNGER, 2019. p. 774)

O uso da dança na escola pode trazer diversos benefícios para os sujeitos que a vivenciarem, entre eles estão à educação de um corpo cultural, crítico, criador, expressivo, sensível, observador, consciente, explorador, criativo, incorporado aos métodos do diversos estilos de dança. Transformando, nesse sentido, as relações que estes têm com a sociedade, com a dança e com o corpo.

O sucesso de uma experiência de aprendizagem da dança está em fazer escolhas de conteúdos pertinentes e adequados do ponto de vista do desenvolvimento e possuir paixão pelo ato de ensinar. O primeiro passo é decidir o que você deseja que seus alunos aprendam e quais benefícios a oportunidade de participar dessa experiência proporcionará a eles. O resultado final, quando bem esclarecido, deve servir de guia para a seleção, o planejamento e a implementação de uma experiência de aprendizagem significativa para você e seus alunos. CONE; CONE, 2015, p.20).

Levando em consideração esse passos, é possível que através da dança, os profissionais da Educação Infantil criem uma forma prazerosa de exercitar o corpo, explorem a descoberta de movimentos, estimulem a criatividade do pensamento infantil, promovam o reconhecimento das partes do corpo, instigam o movimento expressivo, explorem a noção de espaço com movimentos laterais, estimulem a noção temporal utilizando diferentes ritmos de acompanhamento musical.

Mas para que isso se efetive, essa dança aplicada na Educação Infantil não pode se resumir em buscar sua execução em "festinhas comemorativas" da escola (VERDERI, 2000, p. 33); nem pode ser aquela que o professor vai a frete dos alunos, faz movimentos, e os alunos devem copiar esses movimentos exatamente como o professor está fazendo, caso contrário já são corrigidos. Nessa linha de raciocínio, Fernanda Almeida afirma que:

[...] a dança para a educação infantil necessita estimular a descoberta, e não a padronização; a improvisação, e não a repetição de movimentos previamente determinados. Uma dança que não aprisione o movimento, mas liberte a imaginação, a criatividade e a expressão; que germine das ações básicas do

cotidiano e suas combinações (andar, girar, saltar, parar, torcer, dobrar), almejando um conhecimento amplo das possibilidades de movimento, do espaço e da consciência corporal. E, por fim, que possibilite o brincar com o corpo, conhecer-se, conhecer o outro e o meio que o cerca. (2013, p. 34)

Ela deve ser encarada como uma educação por meio da arte, e não como a arte do espetáculo esteticamente bonito aos olhos dos adultos (FERRARI, 2020). Nesse sentido de percepção o professor não pode ser aquele que decreta técnicas e conceitos; ele precisa assumir uma postura de mediação de conhecimento, que fomenta experiências através da dança, que orienta os alunos a usarem com criatividade do seu próprio corpo, para perceberem suas habilidades, limites, extensões, possibilidades e descobrirem novas formas de se expressarem e se comunicarem com o mundo.

Dessa forma, através da dança, é possível ensinar o respeito entre as diferentes formas de expressões culturais; trabalhar a socialização com os demais colegas da turma, onde possam trocar experiências com o outro, aspecto relacionado com a aprendizagem do respeito e a convivência. Criando um momento que pode tornar-se também um momento de brincadeira, de lazer e conhecimento e empoderamento sobre o próprio corpo das crianças, a partir de um simples toque e reconhecimento de limitações, de espaço, etc. Isso faz da dança um instrumento potencializador no processo de um ensino-aprendizagem significativo, que contempla efetivamente uma formação integral, de corpo inteiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise sobre a representação histórica, científica e subjetiva da dança, aliada às teorias de desenvolvimento humano, e de Corporeidade, percebe-se que o corpo é negado desde e principalmente na infância que é o período em que as crianças estão sendo ensinadas pelos adultos a se “comportarem” de acordo com a lógica e os interesses da sociedade.

A escola é muitas vezes um dos espaços desse tipo de ensino, onde as crianças têm sua liberdade de expressão podadas a todo o momento, com séries, salas de aula, carteiras e seu posicionamento em filas, entre tantas outras formas que representam uma resposta a forma de controle dos adultos que um dia também foram crianças, e sofreram também tantas podas, que hoje infelizmente não enxergam como algo positivo e não aproveitam a expressão das crianças para formar uma sociedade coletiva, menos injusta, mais criativa, e melhor em todos os sentidos.

Entende-se que enquanto uma linguagem artística de comunicação e expressão de sentimentos, o uso da dança na escola pode trazer diversos benefícios para os sujeitos que a vivenciarem, entre eles estão à educação de um corpo cultural, crítico, criador, expressivo, sensível, observador, consciente, explorador, criativo, incorporado aos métodos do diversos estilos de dança. Transformando, nesse sentido, as relações que estes têm com a sociedade, com a dança e com o corpo.

A escola pode e deve ter outro caráter que não seja esse traduzido por Foucault, mas que seja empático com o tempo e a cultura alheia. O estudo do corpo, mente e cultura em suas interações, precisa ser perpassar os processos educativos. E pensar a dança e a arte sendo trabalhadas de maneira consciente nas aulas da Educação Infantil, de maneira macro, é entender que ali forma-se uma nova geração que precisa em cunho de transformação, ser constituída e orientada para um novo valor de corpo e liberdade.

Levando em consideração esse elementos, constata-se que existem inumeráveis possibilidades de trabalho por meio da dança, essa linguagem que ultrapassa as atividades motoras comuns, faz a integração de todos os elementos que nos constituem – social, emocional, cultural, intelectual, cinestésico; de forma que quem a pratica, aprende sobre si e sobre os outros, e constitui-se enquanto um ser social que é recriado constantemente.

ALMEIDA, F. de S. **Que dança é essa?:** uma proposta para a educação infantil. Dissertação de Mestrado em Artes. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes. São Paulo, 2013.

ALVES, R. **A Alegria de Ensinar**, São Paulo: Ars Poética, 1994.

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 24-34, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, J. G. S. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar**, n. 17, p. 101-110, 2001.

CONE, T. P.; CONE, S. L. **Ensinando dança para crianças**. 3 ed. Barueri: Manole, 2015.

CUNHA, M. **Aprenda dançando, dance aprendendo**. 2 ed. Porto Alegre: Luzatto, 1992.

DANTAS, M. **Dança: o enigma do movimento**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

FERRARI, G. B. **Por Que Dança na Escola?** Disponível em: <https://www.fefd.ufg.br/n/7944-por-que-danca-na-escola>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete, v. 37, 1987.

FUX, M. **Dança, experiência de vida**. São Paulo: Summus, 1983.

GODOY, K. M. A. A dança, a criança e a escola: como estabelecer essa conversa? In: TOMAZZONI, A.; WOSNIAK, C.; MARINHO, N. (orgs.). **Algumas perguntas sobre Dança e Educação**. Joinville. Nova Letra, 2010.

GODOY, K. M. A.; SÁ, I. R. de. A formação continuada de profissionais oriundos do programa de pós-graduação em artes da Universidade Estadual Paulista: transformação para ação? In: LEITE, C; MOREIRA, A. F.; PACHECO, J. A.; MORGADO, J. C.; MOURAZ, A. (org.). **Debater o Currículo e seus Campos**. Porto: Universidade do Minho-Centro de Investigação e intervenção educativas e Instituto de Educação, v. 7, p. 3516-3529, 2010.

GUIMARÃES, D. **Educação de Corpo Inteiro**. Salto para o Futuro, 2008.

KORCZAK, J. **Quando eu voltar a ser criança**. 16 ed. São Paulo: Summus, 1981.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.; TOSCHI M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005

LIMA, E. C. P. **Que dança faz dançar a criança?** Investigando as possibilidades da Dança-Improvisação na Educação Infantil. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

- MARQUES, I. A. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MATTHES, N. A. Olhar estético: o cultivo dos sentidos. In: GODOY, K. M. A. de; ANTUNES, R. de C. F. de S. (orgs.). **Movimento e Cultura na Escola: Dança**. São Paulo. Instituto de Artes da Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2010.
- NANNI, D. **Dança educação, princípios métodos e técnicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 1998.
- OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PEREIRA, M. L.; HUNGER, D. A. C. F. Limites do ensino de dança na formação do professor de Educação Física. **Motriz**. Journal of Physical Education. UNESP, p. 768-780, 2009.
- RICHTER, L. M. **Movimento Corporal da criança na Educação Infantil: expressão, comunicação e expressão**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.
- TIRIBA, L. O Corpo na Escola: proposta pedagógica. **Salto para o Futuro**, Ano XVIII, boletim, v. 4, 2008.
- VERDERI, E. B. **Dança na escola**. 2 ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 2000.
- VIEIRA, M. S. O sentido do ensino da dança na escola. **Revista Educação em Questão**, v. 29, n. 15, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

[1] A ementa constitucional nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, definiu ser responsabilidade do Ensino Fundamental a educação da criança de seis anos. Assim, a partir de então a Educação Infantil, passou a atender crianças de zero a cinco anos de idade.

* Mestranda bolsista em História, Cultura e Identidade na UEPG. E-mail: isabelefogaaa@gmail.com